



Resumo de Notícias

24/05/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – O PIG, a Oi e os rombos na economia brasileira

O PIG (Partido da Imprensa Golpista), liderado pelas “organizações” Globo, vem alardeando um rombo de R\$ 170,5 bilhões nas contas públicas. Nelson Barbosa, ministro da Fazenda da presidenta eleita, afirma que o inchaço divulgado pelo governo golpista Temer, tem um só objetivo: impingir à população a crença de que medidas que melhorem as finanças públicas, “mesmo aquelas já propostas pelo governo no final de 2015 e início de 2016”, são ‘novidades’ ou ‘avanços’ por parte do governo interino.”

É importante destacar que os números da economia brasileira, no dia do afastamento da legítima presidente, Dilma Rousseff, mostravam que as reservas internacionais líquidas do Brasil são de 375,2 bilhões de dólares – em 2002 eram de 16 bilhões de dólares. A dívida líquida é de 36,9% do PIB (era de 60,45% em 2002). O Brasil tem o 7º maior PIB do mundo – era o 13º em 2002. O salário mínimo é de R\$ 880, equivalente a 250 dólares – era de 55 dólares em 2002.

E o outro rombo? Este, a mídia golpista não dá destaque. A Anatel aprovou um presente para a Oi: a troca de multas de R\$ 3,2 bilhões por “investimentos”. Parece bom? Não é mesmo.

Em primeiro lugar o dinheiro oriundo do pagamento de multas é devolvido para as políticas públicas, enquanto o “investimento”, se ocorrer, se dará em redes privadas. É uma clara doação de dinheiro público para investimentos privados.

Em segundo lugar, a Oi não é de confiança. É só resgatar outros acordos que ela fez com a Anatel e não cumpriu. Um exemplo: em 2008, quando assumiu o controle da Brasil Telecom, a empresa

chegou a se comprometer a investir em pesquisa e na compra de equipamentos nacionais. Nada disto ocorreu. Ciência e tecnologia brasileiras nem de longe estiveram entre as suas prioridades. A Oi, para ter o controle acionário da Brasil Telecom, teve que desembolsar R\$ 5,9 bilhões. Dinheiro que ela não tinha em caixa. Uma irresponsabilidade.

A Oi tem a mesma lógica do governo golpista de Temer. Transfere os custos para os trabalhadores. Enquanto o governo usurpador quer impor mudanças para flexibilizar jornada de trabalho e salários (o que significa aumentar a jornada e reduzir salários), a Oi demitiu 1000 trabalhadores em 2015, e agora, em 2016, mais 2000. Além da ilegalidade da doação, por que transferir verba pública para uma empresa que não tem nenhum compromisso social?

Se este TAC for aprovado pelo Tribunal de Contas da União estará abrindo caminho para dois outros TACs que garantiriam mais R\$ 4 bilhões para a Oi. Será a desmoralização completa. Qualquer empresa se considerará no direito de descumprir qualquer obrigação, pois saberá que mais adiante poderá receber como prêmio verba pública de graça para investir como quiser. A Anatel que está acertando este acordo é a mesma que não fiscaliza se as obrigações contratuais estão efetivamente sendo cumpridas.

O Instituto Telecom considera a Oi uma empresa estratégica no setor de telecomunicações no Brasil. Mas não concorda com medidas ilegais para retirar a empresa do buraco de cerca de R\$ 60 bilhões em que as suas sucessivas administrações enterraram a empresa. Nosso país está cansado de golpes. Este não pode ser mais um.



Resumo de Notícias

24/05/2016 - Instituto Telecom

Em meio a protestos, Temer nomeia Laerte Rimoli para a EBC

O presidente em exercício Michel Temer nomeou o jornalista Laerte Rimoli para a direção da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) no lugar de Ricardo Melo, demitido nesta semana. Para o cargo de diretora-geral, foi nomeada Christiane Samarco. As nomeações foram publicadas na edição de sexta-feira, 20, do Diário Oficial da União.

Na quinta-feira, 19, parlamentares da oposição entregaram ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, uma representação contra a exoneração de Melo. O documento, assinado pelo PT, PCdoB, PSOL, PDT e Rede, é uma "representação criminal contra o vice-presidente Michel Temer e o senhor Eliseu Padilha, por interferir na independência da EBC e da estrutura de comunicação pública de forma ilegal, desrespeitando um mandato, atacando o direito à comunicação e à informação dos brasileiros e brasileiras, cassando politicamente o senhor Ricardo Melo", disse o deputado Afonso Florence (PT-BA).

Para a deputada Luiza Erundina (PSOL-SP), o ato (de demitir o presidente da empresa pública) feriu a lei que criou a EBC. Erundina disse ainda que a lei de criação da empresa prevê a autonomia e independência da EBC, inclusive com relação ao governo, e citou o Conselho Curador da empresa, estrutura a quem cabe zelar pelos princípios e pela autonomia da EBC, impedindo que haja ingerências na programação e conteúdo dos veículos da casa e na gestão da comunicação pública. É composto por 22 membros, sendo 15 da sociedade civil; quatro do governo federal; um da Câmara dos Deputados;

um do Senado Federal; e um representante dos trabalhadores da EBC.

No mesmo dia em que foi exonerado, Ricardo Melo ingressou com mandado de segurança, com pedido de liminar, no Supremo Tribunal Federal (STF), para a manutenção do mandato como diretor-presidente da EBC. A relatoria é do ministro Dias Toffoli. No andamento processual da ação, está registrado que o ministro determinou que o presidente da República interino seja notificado e que preste informações no prazo de 72 horas.

O Conselho de Administração da EBC (Consad) divulgou, na quarta-feira, 18, nota em defesa do "amplo" e "irrestrito" cumprimento da Lei nº 11.652/2008, que criou a EBC, em especial ao artigo que estabelece as regras para o mandato do diretor-presidente da empresa. Na avaliação do Consad, a exoneração de Melo representou "grave violação" à lei vigente.

O Artigo 19 da lei estabelece que o mandato do diretor-presidente da empresa, "de livre nomeação por parte do presidente da República, será de quatro anos". "Assim como as nomeações, as exonerações devem seguir as normativas vigentes, sob pena de irreparável prejuízo aos avanços advindos do longo e intenso debate público que desencadeou a criação da EBC e possibilitou assegurar a independência dos canais públicos, tal como ocorre nos sistemas de radiodifusão pública de outros países democráticos", diz o conselho.

REDAÇÃO | info@convergecom.com.br sexta-feira, 20 de maio de 2016



Resumo de Notícias

23/05/2016 - Telesíntese

Desafios do MCTIC são garantir segurança ao investidor e avançar a internet

A banda larga ilimitada deve ser o objetivo de todo o ministro das Comunicações, defendeu Kassab, mas acha que esse compromisso não precisa ter uma data certa.

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações do governo interino, Gilberto Kassab, afirmou hoje, 23, que dois são os principais desafios de sua gestão no setor de telecomunicações. Dar a segurança que o investidor precisa e levar a internet para “ todos os lares brasileiros” .

O novo ministro esteve hoje visitando a Anatel, quando se comprometeu a buscar os recursos emergenciais para desafogar a agência, que corre o risco de ter que cancelar até o seu call center devido as dificuldades que enfrenta com a falta de verbas.

Kassab afirmou que pretende transferir novas funções para a agência, mas não definiu quais serão. Disse que conhece bem o setor, por já ter sido integrando do conselho Consultivo da Anatel e presidente da Comissão

de Ciência e Tecnologia e Comunicações da Câmara dos Deputados.

Embora ele não ache que exista no momento qualquer insegurança regulatória ou legal que poderia estar afastando os investimentos privados, Kassab entende que trabalhar para que sejam ampliados os investimentos nos Brasil deve ser a prioridade do Ministério e da Anatel. Quanto ao avanço da internet, ele entende que será preciso buscar os recursos para fazer avançar o programa de banda larga.

Banda larga ilimitada

“ A banda larga ilimitada deve ser o objetivo de todo o ministro das Comunicações, e trabalharemos nesta pauta para que ela aconteça o mais rapidamente possível” , completou ele.

23/05/2016 - Telesíntese

PDT entra com ação contra reforma Ministerial de Temer

O partido quer reverter reforma administrativa e suspender qualquer alteração até a decisão sobre o afastamento da presidente Dilma Rousseff.

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) ingressou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para reverter reforma administrativa realizada pelo vice-presidente Michel Temer, no exercício da Presidência da República. A sigla questiona atos do Poder Executivo realizados nos últimos dias, funções privativas de Presidente da República, como nomeação de ministros, fusão e extinção de Ministérios, alteração de política externa, implementação de reformas tributárias e previdenciárias, venda de empresas públicas, extinção e redução de programas sociais e anulação de atos praticados pela Presidente eleita Dilma Rousseff durante o exercício regular do mandato. PDT

Na peça, o partido requer ainda pedido de concessão

de medida liminar para suspender qualquer alteração de Michel Temer até o julgamento do mérito das funções do vice-presidente interino nesse período de 180 dias de afastamento de Dilma Rousseff. Para a sigla, o afastamento temporário não configura a efetividade de Temer no cargo, que assume sob condição suspensiva. A função de Presidente, e suas prerrogativas, só se tornariam definitivas após conclusão do julgamento do processo no Senado Federal, no caso de condenação por crime de responsabilidade.

Leia mais em:

<http://www.telesintese.com.br/pdt-entra-com-acao-contra-reforma-ministerial-de-temer/>



Resumo de Notícias

23/05/2016 - Carta Maior

Governo Temer não perde tempo para apagar influência do PT

Segundo o jornal The Guardian, o governo interino já começou a retroceder em muitas das políticas sociais colocadas em prática pelo PT.

Numa reportagem publicada na passada sexta-feira, o jornal britânico avança que na sua primeira semana, o governo interino de Michel Temer já começou a retroceder em muitas das políticas sociais colocadas em prática pelos governos do Partido dos Trabalhadores, numa clara tentativa que visa “apagar” a influência deixada pelas mesmas.

De acordo com a reportagem, estão a ser tomadas decisões para “suavizar” a definição de trabalho escravo, reverter a demarcação de terras indígenas, cortar investimentos do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, bem como para privatizar aeroportos, correios entre outros serviços.

Austeridade abre caminho a políticas neoliberais

As medidas de austeridade, justificadas como necessárias pelo novo governo para recuperar a economia, são vistas pelos seus críticos como “um movimento em direcção a uma política neoliberal da velha elite que depôs a presidente Dilma Rousseff”.

Segundo o professor Renato Boschi, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, “nem mesmo Mauricio Macri, presidente da Argentina é tão de direita quanto o governo de Temer”.

De acordo com o jornal, apesar de Temer afirmar não ter interesse nas eleições de 2018, “ele está impedido de concorrer devido a violações em processos eleitorais anteriores – mas é tão pouco apreciado que não teria uma chance de vencer nem que quisesse”.

A reportagem refere também que, embora sejam necessárias mudanças para combater a recessão, os ajustes deverão “piorar as condições dos trabalhadores mais vulneráveis, principalmente no ramo da agricultura e processamento de alimentos”.

O Guardian escreve ainda que o novo ministro da Agricultura, Blairo Maggi, “um magnata da soja que é

um dos homens mais ricos do Brasil”, já propôs uma legislação que exclui as condições degradantes de trabalho e jornada exaustiva como elementos definidores de trabalho análogo à escravidão. Além disso, ele faz parte do lobby de ruralistas que atua para mudar a política de demarcação de terras.

O jornal britânico lembra ainda que, antes de ser afastada, Dilma assinou um decreto destinando 56 mil hectares para a reforma agrária e territórios quilombolas, mas que os assessores de Temer sinalizaram que os decretos podem ser revogados. Segundo a reportagem, muitos ambientalistas estavam insatisfeitos com o governo de Dilma, mas temem que a situação possa piorar com o novo governo.

Em relação ao novo Ministério das Relações Exteriores, o Guardian diz que as alianças com governos de esquerda como Venezuela, Bolívia e Equador deverão ser “coisa do passado”. O novo ministro, José Serra, afirmou no seu discurso de posse, que a diplomacia agora deverá refletir os interesses da economia e não “preferências ideológicas de um partido político e seus aliados estrangeiros”.

Cortes drásticos nas políticas sociais

Mais “controvérsias”, segundo o jornal britânico, deverão passar pelas reduções de gastos sociais, tendo em conta a declaração do novo ministro da Saúde, Ricardo Barros, de que “o governo não tem condições de arcar com o Sistema Único de Saúde (SUS)”.

Por seu turno, no seu discurso inaugural, Temer prometeu manter os programas de bem-estar social e tem dito que os cortes não afetarão os pobres, mas seus ministros sugerem que “esse pode não ser o caso”, escreve ainda o Guardian.

Reportagem do jornal The Guardian publicada no Opera Mundi em 20 de maio de 2016.



Resumo de Notícias

23/05/2016 - Rede Brasil Atual

Para 63% dos brasileiros, interesses privados de políticos movem impeachment

Segundo levantamento feito na primeira semana de governo interino de Michel Temer, 70% dos entrevistados não acreditam em país mais honesto após o golpe

Pesquisa realizada pelo Ibope Inteligência entre os últimos dias 12 e 16 mostra que os brasileiros estão longe de estar otimistas quando ao futuro do país. Segundo o estudo, 34% dos entrevistados estão pessimistas, contra 31% de otimistas e 30% neutros, nem otimistas e nem pessimistas. Os que disseram não saber são 5%.

As razões que motivaram o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff são bastante mal avaliadas. De acordo com o levantamento, quase dois terços da população, ou 63%, afirmam que deputados e senadores atuaram em seu próprio benefício ou de partidos e instituições privadas. Do total, só 23% disseram acreditar que os parlamentares foram motivados por interesses do país e da população.

Os que se manifestaram dizendo que os parlamentares agiram tanto por interesses próprios quanto em benefício do país somaram 8%. Os que não sabem ou preferiram não responder são 7%.

Segundo a pesquisa, entre os que são a favor do impeachment, 31% disseram que deputados e senadores pensaram nos interesses do país e da população. Já no universo dos que são contra o impeachment, 80% acreditam que eles agiram em interesse próprio.

A pesquisa ouviu 2.002 pessoas com 16 anos ou mais em 141 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

O instituto fez também uma avaliação comparativa com a de 1992, quando Fernando Collor foi substituído por Itamar Franco. Na ocasião, o Ibope fez a mesma pergunta aos brasileiros, e o pessimismo era de 40% dos entrevistados. Otimistas eram 27% e 25% não se manifestaram em nenhuma das duas direções.

“No entanto, naquele período, a esperança do Brasil se tornar um país mais honesto era maior. Em 1992, 44% da população achava que o Brasil seria um país mais honesto depois do impeachment de Collor. Hoje, somente 26% pensam dessa maneira e a maioria (53%) acha que tudo continuará a mesma coisa, percentual que era de 42% há 24 anos”, diz o Ibope. Dos entrevistados, 17% dizem que o Brasil será um país menos honesto após esse processo.

Somando os que dizem que tudo continuará a mesma coisa (53%) com os que acham que o país vai piorar (17%), 70% dos brasileiros não acreditam em um país mais honesto após o golpe.

24/05/2016 - RBA

Todos os países gastam mais do que têm, diz economista do Dieese

Comparar economia nacional a orçamento doméstico é equívoco, diz Alexandre Ferraz, e aponta que déficit pode trazer desenvolvimento

O governo interino de Temer segue escorregando em diversas cascas de banana em seus primeiros dias. Desditos, afastamento de ministro apanhado em flagrante e a sombra de Eduardo Cunha vão fazendo a história desse governo classificado, mais uma vez, de golpista pela presidenta eleita Dilma Rousseff, ontem no Congresso da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf).

Mais de uma ideia obsessiva o governo interino e seus apoiadores na mídia não desistem: cortar gastos. Nesta terça-feira (24), Temer anuncia o pacote de medidas para atingir a meta fiscal. Um dos argumentos recorrentes para apoiar essa obsessão pela tesoura é que o governo só pode gastar aquilo que tem. E quase sempre se recorre à metáfora do orçamento familiar.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2016/05/todos-os-paises-gastam-mais-do-que-tem-diz-economista-do-dieese-8076.html>